

[Início do áudio] (00:00:04)

Antônio Terra (Presidente da Sessão) – Boa noite a todos. Estamos iniciando mais uma audiência pública pelo Brasília Ambiental. Audiência pública de hoje, parcelamento de solo do empreendimento São Mateus. Hoje dia 8/6/2021. Com audiência prevista iniciada agora às 19h. Essa audiência pública é feita no formato virtual de acordo com as medidas de enfrentamento à pandemia e como precaução ao estado de emergência de saúde pública. Sendo realizada no formato remoto a partir da instrução normativa do Ibram Nº 27/2020 que instituiu a audiência pública virtual nos processos de licenciamento ambiental, bem como na Resolução Conama 494/2020 que estabeleceu em caráter excepcional e temporário, nos casos de licenciamento ambiental, a possibilidade da retaliação da audiência pública de forma remota. A audiência pública de hoje trata do empreendimento San Mateus, Processo de Licenciamento 0039100013192/2017-88. O tipo de licença é licença prévia, atividade de parcelamento de solo urbano. O interessado empreendedor, San Mateus Empreendimentos Imobiliários Ltda. e a empresa responsável pela elaboração do estudo ambiental é a Paranoá Consultoria e Planejamento Ambiental Ltda. O objeto da presente audiência pública é apresentação e discussão do Relatório de Impacto de Vizinhança (RIVI). Os avisos de audiência pública foram devidamente publicados conforme previsto na Lei 5.081/2013 e de acordo com a Instrução Normativa do Ibram 27/2020. A documentação, os estudos, o regulamento da audiência pública estão disponíveis no site do Ibram no endereço www.ibram.df.gov.br. O objetivo da audiência pública é apresentação e discussão do Relatório de Impacto de Vizinhança (RIVI) referente ao processo de licenciamento do empreendimento San Mateus, bem como colher sugestões e contribuições para o aprimoramento do processo, conforme previsto na Resolução Conama 9/1987 e na Lei Distrital 5.081/2013. O trâmite do processo de licenciamento se dá para esse processo no licenciamento trifásico, com o início na licença prévia, posteriormente a licença de instalação e a licença de operação. A licença prévia consiste na aprova... Onde a gente aprova a localização e concepção do empreendimento, bem como nessa fase preliminar do planejamento, atestando a sua viabilidade ambiental e estabelecendo os requisitos básicos e condicionantes a serem atendidos nas próximas fases de

sua implementação. Cabe destacar que a audiência pública é um fórum para discussão, colher informações para aprimorar o processo e os estudos ambientais do empreendimento. Ela não é um fórum de decisão dentro do processo e existem outros mecanismos, outras possibilidades de participação popular dentro do processo de licenciamento, podendo citar aqui alguns: o acompanhamento do processo pelo sistema eletrônico de informações, o SEI. Podendo ser ainda feita pela ouvidoria do GDF algum questionamento, alguma reclamação, algum pedido de informação sobre o processo bem como apresentação de manifestações por carta e a solicitação de reuniões técnicas. A transmissão da audiência pública se dá no canal do Youtube do Brasília Ambiental de acordo com a Resolução Conama 494/2020, é obrigatória a existência de um ponto de acesso físico para aquelas pessoas que tenham dificuldade de acesso à Internet ou de equipamentos eletrônicos para que possam assistir à audiência pública virtual nesse local físico. O local disponibilizado foi o Auditório Imperial 4, do Hotel Brasília Imperial, localizado no Setor Hoteleiro Sul, Quadra 3, Bloco H.

O encaminhamento das contribuições e das perguntas, eu vou pedir só para o pessoal botar a tela para a gente poder visualizar o número do WhatsApp e o e-mail que podem ser encaminhadas as perguntas, os questionamentos e as contribuições. O WhatsApp para as contribuições é o 99248-9698 e o e-mail licenciamento.ibram@gmail.com. No site do Ibram tem o formulário que pode ser encaminhado para facilitar o encaminhamento das perguntas pelo e-mail, e pelo WhatsApp a gente pede que dê preferência para mensagem de texto, deixando as mensagens de áudio para quem tiver alguma dificuldade de encaminhamento do texto. Importante lembrar que o encaminhamento das perguntas e dos questionamentos ele deve ser feito contendo a identificação do interessado, se o interessado for representante de alguma entidade, de alguma associação, de algum grupo, identificar qual é esse grupo e qual é a sua posição dentro dessa entidade para que a gente possa fazer o registro aqui na ata. Se quiser tirar essa parte aí, pode... agradeço.

Marcelo Pinelli (Diretor da Paranoá Consultoria e Planejamento Ambiental Ltda.) – Voltar a tela.

Antônio Terra (Presidente da Sessão) – Voltar à tela inicial. As manifestações podem ser, a gente pede para que elas sejam encaminhadas durante a apresentação, agora do início ou durante a exposição técnica, dando um intervalo de 15 minutos onde podem ser apresentadas também as contribuições para que depois a gente possa fazer na fase final da audiência pública a apresentação dessas contribuições, desses questionamentos e as devidas respostas e encaminhamentos da mesa. Se não houver tempo hábil para que possam ser respondidas todas as questões durante a audiência pública, essas questões ficam registradas aqui na audiência pública e entram para serem respondidas e anexadas à ata completa da audiência pública que é publicada no site do Ibram em até 30 dias após a realização da audiência pública. Independente de ter participado ou não da transmissão ao vivo da audiência pública, qualquer cidadão poderá, no prazo de até 10 dias contados da realização da audiência pública, encaminhar suas contribuições, questionamentos e solicitar a anexação de documentação pelo e-mail licenciamento.ibram@gmail.com onde serão posteriormente respondidas e incluídas na ata completa. O vídeo dessa audiência pública fica disponível no canal institucional do Ibram no Youtube. A duração da audiência pública ela é prevista para uma duração máxima de duas horas, sendo possível seu encerramento antecipado, caso as manifestações dos interessados tenham sido realizadas e respondidas. Atingido o prazo máximo da audiência pública, se houver necessidade, poderá ser concedido um tempo adicional de 30 minutos. A audiência pública é dividida em 4 blocos, sendo a abertura, que está sendo feita agora com a leitura do regulamento e das regras de funcionamento da audiência pública virtual; a exposição técnica, feita pela Consultoria Ambiental, que será feita a seguir, dentro do prazo de 30 minutos, podendo ter um tempo adicional de 15 minutos; após a exposição técnica, a gente faz um intervalo de 15 minutos para organização das perguntas e dos questionamentos. Voltando após os 15 minutos para que seja feita a leitura e apresentadas as respostas pela mesa.

Iniciando agora a parte da exposição técnica, eu vou passar a palavra para o Sr. Marcelo Pinelli, diretor da Paranoá Consultoria e Planejamento Ambiental Ltda., coordenador do estudo do RIVI, para que comece a apresentação da exposição técnica.

Marcelo Pinelli (Diretor da Paranoá Consultoria e Planejamento Ambiental Ltda.) – Ok, obrigado. Boa noite, a gente vai fazer a apresentação do Relatório de Impacto de Vizinhança do parcelamento de solo São Mateus. O empreendimento ele está situado na Região Administrativa do Jardim Botânico. Compartilha minha tela por favor.

Antônio Terra (Presidente da Sessão) – Compartilha a tela ali por favor.

Marcelo Pinelli (Diretor da Paranoá Consultoria e Planejamento Ambiental Ltda.) – O empreendimento está situado na Região Administrativa do Jardim Botânico, na bacia hidrográfica do Ribeirão Taboca. Em relação ao PDOT, a área está situada em Zona Urbana de Uso Controlado II, que prevê áreas habitacionais de baixa e média densidade demográfica com enclaves de alta densidade. As restrições de ocupações para esta zona se referem às áreas de sensibilidade ambiental e áreas de proteção de manancial. A área em tela não interfere nem com a PM nem com conectores propostos no PDOT. A área também situa-se na APA do São Bartolomeu, mais especificamente na Zona de Ocupação Especial de Interesse Ambiental (ZOEIA), que também permite ocupação de parcelamento de solos desde que se tenha aprovação do projeto urbanístico, a instalação de infraestrutura adequada, proteção do solo e recarga de aquífero. Neste caso, exige-se uma permeabilidade mínima de 50% e a manutenção da vegetação nativa em 80% da área permeável. Em relação ao Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE), esse instrumento identifica as fragilidades ambientais na área e produz mapas de riscos ambientais. O projeto urbanístico e as medidas de controle ambiental devem considerar essas fragilidades na feitura da sua avaliação. Para o caso específico, considerando o ZEE, na área tem 3 fragilidades, que seriam perda de área para recarga de aquífero, contaminação do subsolo e perda de área com remanescente de cerrado. O projeto urbanístico desenvolvido e as medidas de controle devem considerar, levando em conta as indicações do ZEE, uma impermeabilização máxima de 50%, também consta na DIUP, o sistema de esgotamento sanitário interligado à rede da Caesb e manutenção de 50% da área permeável com manutenção de vegetação nativa em 80% da área permeável, já também estabelecido na DIUP. Esse é o projeto urbanístico da área, que já foi submetido à Seduh. Área total de 4,97 hectares; Área permeável, 50% em atendimento do

PDOT, 2,56 hectares; População estimada, 246 habitantes, 74 domicílios; Área pública, 7,4 mil metros quadrados e 3 lotes comerciais. Um quadro síntese do projeto urbanístico, em relação à permeabilidade do solo, a gente vê que a área tem 4,937 hectares, 43... e 50% de área permeável, distribuído entre o lote residencial coletivo, esse em amarelo, desta poligonal em amarelo tem-se 60% dela é de permeabilidade, o que apresenta 17,2 mil metros quadrados. Lote comercial, em vermelho, com 2,387 mil metros quadrados permeável. ELUP, com 4,443 mil metros quadrados e o equipamento público com 592 metros quadrados, totalizando 24,685 mil metros quadrados de área permeável. O diagnóstico ambiental, aspectos climáticos, o clima da região é o clima característico de Brasília, com 2 estações, uma quente e chuvosa, uma fria e seca, e vento com direção predominante leste e velocidade em torno de 3 ou 4 metros por segundo ao longo de todo o ano.

Avaliação de ruído foi feito na área considerando uma área mista com uso predominantemente residencial. Foi feita a leitura em três pontos, destacados nesse mapa aqui, e verificou-se que conforme estabelecido pela norma, diurno máximo de 55 decibéis e noturno 50 decibéis. A área enquadra-se tanto na situação diurna quanto noturna nos valores estimados, com exceção do ponto 2 aqui que ficou um pouquinho fora do 50 devido principalmente à movimentação na via aqui de acesso a esse condomínio aqui, Jardim do Lago.

A geologia da área, ela é caracterizada por rochas quartzíticas relacionadas ao R3 e são quartzitos, uma rocha esbranquiçada, são quartzitos puros e maciços. Essa rocha apresenta boa resistência e é bastante favorável à edificação.

Os solos da área, eles são predominantemente cambissolo, que são solos que apresentam a fase cascalhenta e exposição do substrato rochoso em alguns pontos.

Geotecnia. Foram realizados 3 ensaios do tipo SPT e foi possível identificar 3 camadas geotécnicas. Um primeiro, um subsolo argiloso de espessura aproximada de 1,66 metros; segundo, um solo areno-siltoso, uma espessura de 2,25 metros e, então, impenetrável aí aproximadamente a 4 metros de profundidade, representado pelo arenito.

O nível da água nesses perfis variou de 1,97 metro a 4,6 metros e uma profundidade média de 3,19 metros.

A Geomorfologia, ela é caracterizada... A área situa-se numa região de chapadas elevadas, com presença de rochas resistentes a processos erosivos. O local apresenta-se pouco movimentado com declividade inferior a 20% em praticamente toda a gleba, os pontos com declividade mais elevada são à margem do empreendimento aonde foram executados processos de corte para pavimentação. Tanto aqui quanto ao longo dessa via aqui.

O risco geotécnico é o risco de acontecer alguns eventos geotécnicos não esperados. Utilizou-se uma metodologia adotada por Salomão & Ross que faz duas premissas: cada tipo de solo possui um grau de erodibilidade e a declividade é fator preponderante para a ocorrência de processos erosivos. Esses dois fatores eles são conjugados em diversas tabelas e o resultado obtido mostra que a área apresenta uma suscetibilidade, um risco geotécnico muito susceptível a moderado, com essa pequena faixa aqui de extremamente susceptível, aqui também, aonde houve corte de estrada e aqui também há alguns buracos, alguns cortes também.

O inventário florestal na área foi realizado. Foram realizadas 8 parcelas e esse inventário permitiu identificar 3 situações diferentes lá: cerrado sentido restrito, em aproximadamente 96% da área; campo limpo, 2,83%, aqui em amarelo; e uma área com a ocorrência de uma bacia de retenção, que é devido ao escoamento da água do sistema viário neste ponto aqui.

A vegetação identificou 980 indivíduos, pertencendo a 35 famílias e 54 gêneros. 66 espécies são nativas, uma densidade média de 1,267 indivíduos por hectare e um volume médio de madeira de 65,8 metros cúbicos por hectare.

A fauna, ela utilizou dados secundários e trabalho de campo, no caso, busca ativa. Foram pesquisados 3 grupos: herpetofauna, que são os répteis e os anfíbios; Ornitofauna, que são as aves; e Mastofauna, que são os mamíferos. Os resultados mostram que não há, na área, espécies endêmicas ou ameaçadas de extinção. Espécie migratória foi identificada uma: tesourinha. A maioria [Ininteligível] (00:18:48) bastante espécies de ambiente antropogênico, como

Inhambu-Chororó, Quero-Quero, João de Barro, Sabiá do Campo, Tico-Tico, Tiziu, entre outras. Espécies invasoras: cachorros domésticos, em função do uso vizinho à área, muita área urbana, urbanizada. Uma relação de espécie e ambiente mostra que a maioria das espécies são de ambientes abertos de cerrado ou habitats antropogênicos. E os resultados refletem a paisagem encontrada na área, caracterizada por uma vegetação de cerrado em meio a áreas urbanas e em um ambiente alterado.

Socioeconomia, no caso aqui, vamos mostrar os dados do Jardim Botânico, que é a região que se encontra o parcelamento, o empreendimento. Chama a atenção, os dados aqui são de 2016, chama a atenção a vizinhança com uma população estimada de pouco mais de 27 mil habitantes e uma renda per capita de quase R\$ 4 mil. Quase 50% da população tem nível superior, 47,68%; e 92% dos domicílios possuem automóvel. São dados bastante... Que mostram um perfil socioeconômico bastante elevado.

Em relação à ocupação da população, 19%, quase 20% da população tem como atividade principal o comércio, seguido pela administração pública com 17%, empresa pública federal, 9% e administração pública distrital, 8,56%. Administração pública aqui federal e distrital com quase 40% da população do local.

Equipamentos públicos na região. A região, ela conta com escolas, saúde, cultura, equipamento de cultura, educação, assistência social, esporte, lazer, segurança pública, abastecimento e congêneres. Aqui no caso, a maioria ou quase todos os equipamentos situam-se em São Sebastião ou no Lago Sul. Nessa janela aqui, nesse mapa, a gente tem aqui um raio de busca de aproximadamente 5km.

Em relação ao transporte público, o empreendimento conta com parada de ônibus nos dois sentidos, aproximadamente 750 metros. Nessa parada ou nessa via, passam 48 linhas de ônibus com origem/destino São Sebastião, Plano Piloto e Lago Sul.

Em relação ao trânsito, já foi realizado e aprovado um estudo de trânsito do empreendimento. A figura mostra os principais movimentos da rotatória mais

próxima do empreendimento e os dados obtidos mostram que o empreendimento vai gerar 86 viagens residenciais e 276 viagens comerciais. Essas 276 viagens comerciais têm uma característica que elas são locais, em função do comércio ser local, e elas não devem computar no trânsito geral da região.

Esse volume de viagens representa aproximadamente 5% de todo o volume da intersecção mais próxima do empreendimento com a DF 001.

As medidas compensatórias já foram estabelecidas para o empreendimento que é a implantação da renovação de sinalização horizontal e vertical e a revitalização das calçadas existentes ao longo do trecho viário entre o empreendimento e a intersecção com a DF 001.

Em relação a infraestrutura, abastecimento de água, foi enviada consulta à Caesb, a qual estabeleceu que inicialmente o empreendimento deverá ser abastecido por poços tubulares, sistema alternativo de poços tubulares e com sistema simplificado de tratamento e preservação. Aqui é a concepção apresentada à Caesb e aprovada por ela.

Esgotamento sanitário. Foi feita também uma concepção e foi submetida à Caesb. Essa concepção é essa aqui, que contava com uma rede de captação até uma estação elevatória e daqui o recalque até a linha da Caesb. Esta avenida aqui conta com a rede de coleta da Caesb. Esse ponto foi autorizado como sendo interligação para rede de esgoto. Por solicitação da vizinhança do empreendimento, foi feito... Na verdade está sendo feita uma proposição à Caesb de modificação do layout. Esta rede que lançava o esgoto na direção da direita aqui, ela vai ser invertida numa pequena elevatória que vai jogar o esgoto na rede aqui e aqui uma outra elevatória que vai jogar o esgoto aqui. Com isso, não haverá esta rede, esta rede aqui é retirada, e esta aqui é encurtada, reduzindo, inclusive, os custos do empreendimento.

A rede de drenagem pluvial, ela atende à resolução da Adasa e ela conta com duas bacias. Ela está situada aqui na porção nordeste da poligonal e ela conta com duas bacias, uma de quantidade e uma de qualidade, com volumes de 440 e 225 metros cúbicos de água... Desculpa, metros quadrados. Área útil, uma

altura útil de um metro, o que dá um volume de armazenamento de 665 metros cúbicos. Esse volume é maior do que a chuva de projeto de 646 metros cúbicos, o que subentende que o sistema projetado é capaz de absorver todo esse escoamento superficial da poligonal. Este projeto também foi submetido à Novacap e a concepção já foi aprovada.

Resíduos sólidos. Foi encaminhada carta consulta ao SLU, o qual se pronunciou favorável, que há capacidade de atendimento. Estimou um volume de 120 litros/dia de resíduos sólidos por unidade autônoma e exigiu que fosse especificada uma área para armazenamento provisório dos resíduos, uma área de transbordo, que deverá ficar nesta região aqui.

O prognóstico ambiental, que vamos fazer avaliação dos impactos previstos do empreendimento e para essa avaliação nós consideramos esse fluxograma de atividades e os impactos associados. Então, a gente considerou que inicialmente a gente tem um estudo preliminar, licenciamento ambiental e outorgas. Segundo momento, uma etapa de supressão da vegetação, que é quando há a remoção da cobertura vegetal. E um terceiro momento, a terraplanagem, cobertura de vias, demarcação de lotes. Quarto momento, a instalação da infraestrutura, que seria infraestrutura superficial e infraestrutura subterrânea. E em um quinto momento, a edificação e ocupação dos lotes. Aqui a gente tem uma matriz mostrando os principais impactos previstos e o grau de impacto aqui, se ele é inexistente, baixo, médio, alto ou muito alto.

Então aqui, em relação ao meio físico, a gente pode perceber que os impactos alto ou muito altos estão situados nessa região aqui. Então, relacionada com geração de ruído, exposição do solo, processo erosivo, qualidade do ar.

Em relação ao meio biótico, a gente tem a redução da vegetação em função da supressão e fuga e perda de animais em função da supressão da vegetação. Mesmo cenário, não é? Esses impactos ocorrerem principalmente aqui na supressão da vegetação e terraplanagem, e um pouco aqui na infraestrutura.

E sobre o meio antrópico, a gente tem aqui os impactos de risco de acidente para saúde, geração de emprego, que é um fator positivo. Ele ocorre praticamente em todo o andamento do empreendimento. E alteração da

paisagem, que ocorre principalmente aqui em função da supressão da vegetação, terraplanagem e infraestrutura.

As medidas mitigadoras e compensatórias... Vamos comentar alguns, todos os impactos estão no estudo ambiental que foi disponibilizado. Alteração da qualidade do ar, por exemplo, ocorre na fase de supressão da vegetação, terraplanagem e instalação da infraestrutura. A mitigação passa por restringir trânsito de veículos e máquinas pesadas nas vias externas, uso de aspersores para evitar poeira e operação de equipamentos dentro das especificações técnicas. Existe um programa que faz toda essa configuração desse programa, que é um programa de controle e monitoramento das emissões atmosféricas.

Geração de ruído também ocorre na etapa de supressão da vegetação, terraplanagem e implantação da infraestrutura. A mitigação passa pelo monitoramento sistemático dos níveis de ruído na área durante as fases mais ruidosas. Operação de equipamentos dentro das especificações técnicas e preservação da saúde ocupacional dos trabalhadores da obra. O programa é um programa de controle e monitoramento de emissão dos ruídos.

E geração de resíduos da construção civil, ele acontece na etapa de infraestrutura e edificação principalmente. Ele promove as medidas necessárias e possíveis para minimizar a geração de resíduos pelo empreendimento, em especial os resíduos que não possuem reciclagem de reuso. Na verdade, a gente está falando aqui do plano de gerenciamento de resíduos da construção civil: coleta, segregação, acondicionamento, transporte, exposição final adequada aos resíduos sólidos gerados pelo empreendimento. O programa, um programa de gestão ambiental das obras e um plano de gerenciamento de resíduos da construção civil.

Aqui no meio biótico a redução da vegetação ocorre na fase de supressão da vegetação. A mitigação dele se passa pelo atendimento da legislação quanto à manutenção de 40% da vegetação do cerrado, a manutenção de áreas verdes com espécies nativas, o urbanismo e a compensação florestal de área verde a equivalente a 8,71 hectare, que já está previsto também. O programa ocorre... O

programa, para controlar essas mitigações, é o Programa de Controle e Monitoramento Ambiental das Obras e o Plano de Supressão Vegetal.

E o afugentamento da fauna ocorre na supressão da vegetação, na terraplanagem e na implantação da infraestrutura. A mitigação é o acompanhamento e resgate de indivíduos concomitantemente com a supressão da vegetação e a manutenção de equipe de prontidão durante as obras para ser acionada caso apareça algum indivíduo da fauna. O programa é Monitoramento de Controle e Monitoramento Ambiental das Obras e o Programa de Afugentamento e Resgate de fauna, também previsto no estudo.

E as medidas compensatórias do meio antrópico. Geração de emprego e renda, ela ocorre em todas as fases. É um impacto que deve ser incentivado e uma das recomendações é que se dê preferência aos moradores próximos da região, principalmente naqueles cargos de obra. O programa é o Programa de Controle e Monitoramento Ambiental das Obras.

Risco de acidente à saúde, também ocorre em todas as etapas. A mitigação é atendimento às normas de saúde e segurança do trabalho e o uso de EPI. E o programa que abarca essas ações é o Programa de Controle e Monitoramento Ambiental das Obras.

E geração de tráfego. Ele ocorre na fase principalmente de obras e operação. Restringir o trânsito de veículos e máquinas pesadas nas vias externas é uma mitigação e restringir o horário de recebimento de materiais fora do horário de pico, interessante. Na verdade, as mitigações também estão previstas no RIT.

A conclusão do estudo é que a área situa-se em área urbana, conforme a Lei Complementar 854/2012. A propriedade é uma propriedade particular, a matrícula é 25.410 do 2º Registro de Ofício de Imóveis. Situa-se na APA do São Bartolomeu, em Zona de Ocupação Especial de Interesse Ambiental (ZOEIA), o qual permite ocupação urbana. Geotecnicamente, não há restrição à ocupação. Haverá supressão de vegetação para implantação do empreendimento com compensação de 8,71 hectare, aproximadamente 3 vezes a área suprimida. A fauna são espécies, em geral, generalistas, em sua maioria. O uso pretendido ele é semelhante ao uso da vizinhança direta do empreendimento. E não há

identificação de sítios arqueológicos ou bem acautelados na região. A infraestrutura, o abastecimento de água vai ser realizado por poço. Esgotamento sanitário, ele é interligado ao sistema da Caesb. Drenagem, autorizado pela Novacap e outorgado pela Adasa. E os impactos são típicos de atividades envolvidas que possuem metodologia de mitigação definida. Desta forma, considerando a avaliação realizada neste estudo, a equipe técnica se posiciona pela viabilidade técnica para a implantação do empreendimento. É o que a gente tem a colocar.

Antônio (Presidente da Sessão) – Ok. Obrigado, Marcelo, pela exposição técnica. Dando continuidade agora à próxima fase da audiência pública, é importante citar que o estudo ambiental ele é entregue ao Brasília Ambiental. A partir dessa entrega é feita a audiência pública com apresentação do estudo e a audiência pública é uma etapa obrigatória dentro dos processos de licenciamento de parcelamento de solo, onde a partir das contribuições que são levantadas na audiência pública, bem como da análise do estudo ambiental que vai ser feito pela equipe técnica, pode surgir a necessidade de complementações ou instigar alguma condicionante, alguma medida mitigadora que vai ser incluída dentro da licença e dentro das exigências, restrições ou condicionantes que são elencadas na licença ambiental do empreendimento, para que ele possa avançar para a fase de licença de instalação e depois licença de operação. Importante lembrar também que em relação à fauna e flora existem as autorizações específicas, que são feitas dentro do processo do licenciamento: tanto ASV (Autorização de Supressão Vegetal) quanto a autorização de fauna a partir do estudo ambiental que foi apresentado e a partir do inventário florestal também que é apresentado. Agora, a gente faz uma pausa de 15 minutos, que é o intervalo da audiência pública para que a gente possa organizar os questionamentos que forem entregues, forem apresentados, e retornamos para dar continuidade à audiência pública após esse intervalo. Agora são 19 horas e 36 minutos, então respeitando o intervalo de 15 minutos, a gente retorna às 19 horas e 51 minutos.

[Pausa no áudio] (00:35:24 a 00:51:40)

Antônio (Presidente da Sessão) – Ok? Bom, retornamos do intervalo conforme previsto da audiência pública. Lembrando que quem não encaminhou as perguntas durante esse período ou não encaminhar agora durante essa fase final, tem aquele prazo dos 10 dias para poder fazer os encaminhamentos das perguntas diretamente ao Ibram pelo e-mail que foi citado, para que essas perguntas possam ser respondidas e constadas da ata completa da audiência pública, ficando a audiência pública disponível no canal do Youtube do Brasília Ambiental. Tem um questionamento aqui acerca das compensações ambientais. Interessado que apresentou a contribuição é Caliúcia Serqueira que questiona, gostaria de saber quais os tipos de compensações irão ser impostas ao empreendimento, visto os impactos ambientais que serão executados na área. Vou passar a palavra para o Marcelo, para que ele possa explicar sobre a compensação florestal e ambiental, falando sobre as compensações que vão ser encaminhadas aí dentro do empreendimento.

Marcelo Pinelli (Diretor da Paranoá Consultoria e Planejamento Ambiental Ltda.) – Bom, o empreendimento prevê a compensação florestal, a compensação do sistema viário já está estabelecida, já foi estabelecido pelo DER. E a compensação florestal que também já estabelecido no corpo do estudo. Eu vou solicitar que o técnico Renato explique melhor para a gente como é calculado e qual é o valor da compensação ambiental do empreendimento.

Renato Nassau Lôbo – [Ininteligível] (00:53:40).

Antônio (Presidente da Sessão) – Quer o abrir o áudio dele? Já abriu lá, não é?

Marcelo Pinelli (Diretor da Paranoá Consultoria e Planejamento Ambiental Ltda.) – Isso.

Renato Nassau Lôbo – Boa noite.

[Sem áudio] (00:54:15 a 00:55:14).

Antônio (Presidente da Sessão) – Ok, Marcelo se quiser fazer alguma complementação em relação à compensação florestal ou ambiental, ou algum outro aspecto técnico sobre o empreendimento.

Marcelo Pinelli (Diretor da Paranoá Consultoria e Planejamento Ambiental Ltda.) – É, a avaliação aqui que foi feita do empreendimento mostra que ambientalmente os impactos são mitigáveis, os impactos causados são mitigáveis. As compensações estão sendo... Foram calculadas, como foi mostrado pelo técnico Renato aí, a compensação do sistema viário também. E, enfim, o que a gente tem a falar sobre compensação ambiental é isso.

Antônio (Presidente da Sessão) – Certo. Esse foi o único questionamento que chegou até a mesa no momento. Então a gente vai fazer a leitura aqui de como se dá a participação posterior à audiência pública, só para a gente poder lembrar, enquanto a gente aguarda se chega algum novo questionamento. Como eu havia dito, tem o prazo de 10 dias para qualquer interessado fazer o encaminhamento posterior e isso é anexado à ata que fica disponível no site do Ibram. São publicadas duas atas. A primeira é a ata sucinta da audiência pública e depois é a ata completa que vai com toda a gravação da audiência pública e se constar algum questionamento posterior, ele é encaminhado para o empreendedor ou para o Ibram para ser respondido e ele vai constar como um anexo à ata completa da audiência pública. Não havendo mais nenhum questionamento, a gente vai encerrar a audiência pública. Agora são 19 horas e 58 minutos. Eu vou passar para palavra para o Marcelo, se ele quiser fazer alguma consideração final e aí depois a gente faz o encerramento.

Marcelo Pinelli (Diretor da Paranoá Consultoria e Planejamento Ambiental Ltda.) – Só agradecer, Antônio, aí pela recepção. Tempos de coronavírus. Dizer que a gente está se protegendo aqui, cumprindo todas as normas de segurança. E é isso... Mais nada a acrescentar.

Antônio (Presidente da Sessão) – Ok. Então, 19 horas e 59 minutos, a gente faz agora o encerramento da audiência pública referente ao empreendimento San Mateus, Processo de Licenciamento Ambiental 0039100013192/2017-88. O tipo de licença é licença prévia, para a atividade de parcelamento de solo urbano. O interessado/empreendedor: San Mateus Empreendimentos Imobiliários. A empresa responsável pelo estudo: a Paranoá Consultoria e Planejamento Ambiental Ltda. O objeto da audiência pública é apresentação e discussão do Relatório de Impacto de Vizinhança, o RIVI. Lembrando que toda documentação

referente à audiência pública, o regulamento, todos os estudos, a apresentação que o Marcelo postou aqui durante a audiência pública, ela também fica disponível no site, bem como a ata completa da audiência pública, podendo ainda qualquer interessado participar, seja pelos mecanismos aqui que eu citei da audiência pública ou pelas outras ferramentas de participação popular que existem dentro do processo de licenciamento. Agradecer à equipe técnica, agradecer ao Marcelo e a todos que participaram da audiência pública. Agora são 20 horas e a gente dá por encerrada a audiência pública de hoje.

Tendo em vista a falha no áudio do engenheiro florestal Renato Nassau Lôbo durante sua resposta ao questionamento realizado na audiência pública virtual, apresentamos abaixo uma explicação sobre a compensação florestal elaborada pelo mesmo.

Será imposta ao empreendimento a compensação florestal conforme determinada pelo Decreto nº 39.469/2018. Em seu artigo 26, o referido Decreto, apresenta os critérios a serem atendidos para a compensação florestal decorrente de supressão de remanescentes de vegetação nativa. Para tanto, deve-se considerar a classificação e o agrupamento conforme a fitofisionomia ocorrente na área passível à supressão vegetal, além da localização da mesma no Mapa de Áreas Prioritárias (Anexo I do Decreto 39.469/2018).

Para a instalação da infraestrutura prevista, que possibilitará a destinação de uma área que hoje encontra-se sem atividade produtiva, será necessária a conversão do uso do solo, com remoção de vegetação nativa e árvores exóticas. O impacto a ser causado pela remoção da vegetação na área refere-se à sua supressão em 50% da gleba. Portanto, a compensação florestal é calculada a partir da avaliação das áreas passíveis à supressão ocupadas por vegetação nativa, no caso do empreendimento por Cerrado Sentido Restrito (2,74 ha) e Campo Limpo (0,09 ha), totalizando 2,87 ha.

A partir da avaliação das informações obtidas por inventário florestal e a localização da área frente ao Mapa de Áreas Prioritárias, a compensação florestal foi calculada em 8,71 ha. O critério para aplicação da compensação florestal que melhor se enquadra como opção para o empreendedor, a princípio, é aquele exposto pelo Inciso V do Art. 20, do Decreto 39.469/2018, a saber:

V - Conversão em recursos financeiros de até 100% da obrigação devida, cabendo ao proponente informar qual o percentual desejado, devendo depositar 50% no FUNAM, mediante aceite que ateste a capacidade integral de execução, acrescidos do percentual de 7,5% destinado à administração da execução dos recursos, ficando os 50% restantes do valor convertido destinado ao órgão ambiental;